



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE

TREZE DE MAIO DE 2014

---- No dia treze de maio do ano de dois mil e catorze, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Góis, sob a Presidência da senhora Dr.^a Maria de Lurdes de Oliveira Castanheira na qualidade de Presidente da Câmara, comparecendo os Vereadores que compõem o Executivo Camarário: Dr. Mário Barata Garcia, Dr. José Alberto Domingos Rodrigues, Eng. Diamantino Jorge Simões Garcia e Maria Helena Antunes Barata Moniz. -----

---- A reunião foi secretariada pela Assistente Técnica Andreia Rafaela Gaspar Vidal. -----

---- Depois dos presentes terem ocupado os seus lugares, a senhora Presidente declarou aberta a reunião pelas dez horas, dando início à ordem de trabalhos. ---

1 - ANTES DA ORDEM DO DIA -----

1.1 – FALTAS -----

1.2 – INTERVENÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE -----

1.3 – INTERVENÇÃO DOS SENHORES VEREADORES -----

2 – ORDEM DO DIA: -----

2.1 – ATA DA REUNIÃO ANTERIOR -----

2.2 – IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE GÓIS/NOVOS ORGÃOS SOCIAIS/TRIÉNIO 2014/2016 -----

2.3 – EDP/OBRAS EFETUADAS E A EFETUAR NO CONCELHO DE GÓIS -----

2.4 – EGF/PARECER DA ANMP -----

2.5 – AUTORIZAÇÃO PARA RENOVAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS A TERMO RESOLUTIVO -----

2.6 - EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS/DIVERSOS -----

2.7 – LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO/PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS -----



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

2.8 – RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA -----

2.9 – DOCUMENTO INTERNO/MAPA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES--

2.10 – DOCUMENTO INTERNO/MAPA DE TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL--

3 – APROVAÇÕES EM MINUTA -----

4- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

1 - ANTES DA ORDEM DO DIA -----

1.1– FALTAS – Não houve. -----

1.2 – INTERVENÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE - A senhora Presidente iniciou a sua intervenção solicitando que se retirasse da ordem de trabalhos o ponto 2.7 – LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO/PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, tendo para o efeito apresentado os devidos esclarecimentos. -----

---- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade retirar o citado assunto da ordem de trabalhos. -----

A)SERVIÇO DE FINANÇAS DE GÓIS /MOÇÃO – A senhora Presidente informou que no p.p. dia 06.05.2014 recebeu o senhor Diretor Distrital de Finanças, Dr. Jaime Devesas, cuja visita decorreu com o intuito de apresentar o novo chefe do Serviço de Finanças de Góis, Dr. Ricardo Leal Conceição. Mais referiu, que aproveitou o momento para questionar sobre o eventual encerramento do serviço de finanças local; sobre esta questão o senhor Diretor informou não existirem dados objetivos que permitissem uma resposta concreta, pelo que se especula muito sobre o assunto, mas nada se pode objetivar de momento, para o futuro. Deu ainda conta, que a Câmara Municipal continuará disponível para contribuir e assegurar a continuidade deste serviço, como tem feito até à data, através de protocolo com a ADIBER, assegurando financeiramente a permanência de dois colaboradores daquele serviço. -----

---- Prosseguiu, fazendo um Voto de agradecimento ao Dr. Ricardo Reis, reconhecendo o trabalho desempenhado, tendo demonstrado sempre disponibilidade para com a Câmara Municipal de Góis. -----



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

---- Desejou ainda, em nome do Executivo Municipal votos de sucesso ao novo Chefe do Serviço de Finanças de Góis, Dr. Ricardo Leal Conceição, dando conta que a Câmara Municipal irá continuar a colaborar com esta entidade. -----

---- A senhora Presidente referiu ainda, que na sequência da reunião do executivo de 29.04.2014, foi elaborada a proposta de moção contra o encerramento do serviço de finanças de Góis. -----

---- Após leitura da proposta de Moção, que se constitui como o Anexo I da presente Ata, a Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade, anuir à proposta apresentada pela senhora Presidente da Câmara. -----

B) DGESTE/REORDENAMENTO DA REDE ESCOLAR 2014/2015 – A senhora Presidente informou que no p.p. dia 07.05.2014 decorreu nova reunião com a Delegada Regional de Educação do Centro, Dra. Cristina Oliveira e com a Diretora do Agrupamento de Escolas de Góis, Dra. Cristina Martins, relativa à Rede Escolar para o próximo ano letivo 2014/2015. Mais referiu, a forma inflexível como a senhora Delegada Regional de Educação do Centro, reage a estas situações, sendo que o argumento utilizado é o cumprimento de diretrizes emanadas pela tutela para não onerar o orçamento do Ministério da Educação.--

---- Referiu ainda, que no próximo dia de 15.05.2014 está agendada uma reunião, na Casa do Povo de Ponte de Sótão, com o Agrupamento de Escolas de Góis, Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas do Concelho de Góis.-----

---- Continuou, referindo que para o próximo ano letivo 2014/2015 e tendo como base a Lei, existem alunos em número suficiente (22) que permitirão a criação de dois lugares na EB 1 de Ponte de Sótão. Mais referiu, que a senhora Delegada Regional de Educação do Centro, defende para o concelho de Góis 8 lugares, que podem ser distribuídos como o Agrupamento de Escolas de Góis entender. -----

---- A senhora Presidente referiu, que a Câmara Municipal e o Agrupamento de Escolas de Góis defendem a atribuição de 10 lugares de docentes do 1º Ciclo para o concelho, propondo dois lugares para Ponte do Sótão, dois lugares para o Centro Escolar de Alvares, dois lugares para Vila Nova do Ceira e quatro lugares



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

na sede. Mais referiu, que com base na lei, que sempre que existem alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE) as turmas não devem ter mais do que dezoito alunos.-----

---- Continuou, referindo que na reunião foram abordadas questões relativamente ao 2º e 3º ciclo: estão previstas 46 crianças no 9º ano, para o próximo ano letivo, que claramente justificam três turmas, à luz da lei. No entanto, a senhora Delegada Regional de Educação do Centro, defendeu que duas turmas serão suficientes.-----

---- Concluiu, dando conta de que existe ainda um período em que o Agrupamento de Escolas poderá contestar e apresentar uma contra proposta, à semelhança do que foi feito em anos anteriores. -----

C) I^{AS} JORNADAS DA FAMILIA/CPCJ – A senhora Presidente agradeceu à comissão organizadora das I^{as} Jornadas da Família, que se realizaram no âmbito da CPCJ nos dias 8 e 9 de maio na Casa da Cultura de Góis. Agradeceu ainda às entidades que disponibilizaram os seus técnicos para a organização deste evento, nomeadamente a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Góis, o Agrupamento de Escolas de Góis e o Centro de Saúde de Góis.-----

---- Mais referiu, terem sido dois dias profícuos, com excelentes oradores e participantes, agradecendo reconhecidamente a presença do Juiz Conselheiro Armando Leandro, Presidente da Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco. -----

D) XVIII FEIRA DO LIVRO/800 ANOS DA LÍNGUA PORTUGUESA – A senhora Presidente agradeceu a todos os técnicos, entidades e editoras que colaboraram na organização da XVIII Feira do Livro, tendo sido feito o tributo aos 800 anos da Língua Portuguesa. Mais referiu, que foram seis dias com inúmeras atividades, ao qual se associaram a Escola de Musica e a Banda Filarmónica da Associação Educativa e Recreativa de Gois, o CAO da ARCIL de Góis, a ADIBER, A Santa Casa de Misericórdia de Góis, a Editora Alma Azul com a apresentação “Contos e Poesia de Sophia de Mello Breyner Andersen” entre outras entidades. -----



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

---- Referiu ainda que, o dia 10 de maio, a sala multiusos encheu-se de goienses que se solidarizaram e manifestaram o seu apoio na apresentação do primeiro livro “As Palavras” da jovem goiense Inês Gama.-----

E) COMPROMISSO BEIRA-SERRA 14-20 – A senhora Presidente informou, que a convite da ADIBER, o Município de Góis se associou ao “Compromisso Beira Serra 14-20”, considerando que foi um grande momento, o qual compromete os Municípios e as entidades presentes, mas acima de tudo, compromete a ADIBER no caso de continuar a ser responsável pela gestão dos fundos comunitários deste novo Quadro Comunitário 20-20, na qualidade de GAL. -----

F) CIM-RC/ PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DE COIMBRA 2014/2020 - A senhora Presidente informou que no período da tarde irá decorrer a Reunião da CIM-Região de Coimbra, dando conta que um dos pontos da ordem de trabalhos é a aprovação da versão do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região de Coimbra 2014/2020. -----

---- Continuou, agradecendo ao senhor Vice-Presidente, Dr. Mário Barata Garcia, que conduziu este processo, com o seu total apoio, agradecendo também a presença de todos os Vereadores, membros da Assembleia Municipal e entidades convidadas que estiveram presentes na reunião realizada na Biblioteca Municipal de Góis António Francisco Barata, para discussão e apresentação de sugestões de melhoria do referido documento. -----

G) ÉPOCA BALNEAR 2014 - A senhora Presidente congratulou-se por a Praia da Peneda/Pêgo Escuro ter sido novamente galardoada com a Bandeira Azul da Europa e com o galardão de “Praia Acessível para Todos”. Mais referiu, que foi também atribuído à Praia das Canaveias o galardão de “Praia Acessível para Todos”. -----

---- A senhora Presidente desafiou os técnicos para começarem já a trabalhar para que estes galardões possam chegar a outras praias do concelho, como a Praia do Sinhel na freguesia de Alvares. Mais referiu, que para além das infraestruturas, será necessário a Câmara Municipal assegurar a análise à qualidade das águas para a obtenção de outros galardões, nomeadamente na



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

Praia das Canaveias. Mais referiu, a dificuldade que tem existido no recrutamento de nadadores salvadores, pois dos três lugares que estão a concurso, apenas concorreu um candidato.-----

---- No que diz respeito à gestão do Bar das Canaveias, a senhora Presidente informou que não haverá no presente ano nenhuma alteração, porquanto o mesmo está protocolado com a Associação dos Amigos da Várzea Pequena, como sempre esteve. Mais referiu, que apesar de, em sessão da Assembleia Municipal, ter sido dado a entender que o mesmo não abriria eventualmente por causa da Presidente da Câmara, importa não esquecer que, face ao constante no protocolo, o mesmo deveria estar aberto durante todo o ano. -----

---- Relativamente à Fazenda da Avó Thomásia, a senhora Presidente informou que foi solicitado um pedido pela empresa que está a explorar o Bar Chill Out. Mais referiu, que nesta situação será difícil colocar a exploração daquele espaço a concurso, dado que o mesmo não pertence à Câmara Municipal. Mais referiu que foi estabelecido um contacto com os proprietários no sentido de se ponderar a possibilidade de ser autorizada a cedência daquele ao Município, por períodos equivalentes à duração dos mandatos.-----

---- A senhora Presidente informou que o Parque de Campismo irá a concurso, para uma concessão de três anos (Verão de 2015 até 2017), estando presentemente integrado no projeto Chave Verde, que obriga a Câmara Municipal ao cumprimento de requisitos e obrigações que devem constar do caderno de encargos, solicitando à senhora Chefe de Divisão, Dra. Sara Mendes e a Técnica Superior, Dra. Fátima Gonçalves, mais esclarecimentos sobre o presente assunto.-----

---- Dada a palavra à senhora Chefe de Divisão, Dra. Sara Mendes, a mesma informou que se encontram elaboradas as peças do procedimento e que surgiram dúvidas relativamente aos procedimentos a adotar, nomeadamente sobre a quem compete, Executivo ou Assembleia Municipal, autorizar a exploração do espaço por terceiros e aprovar as peças do procedimento, estando esta situação a ser objeto de análise pelo Gabinete Jurídico. -----



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

---- Usou da palavra da senhora Dra. Fátima Gonçalves, referindo que a Câmara Municipal apresentou uma candidatura ao Projeto “Green Key”, promovida pela Associação da Bandeira Azul da Europa, cujo objetivo é a sensibilização e pedagogia dos clientes e colaboradores para um turismo sustentável, com a redução de custos e fomentar as boas práticas ambientais, nos Parques de Campismo.-----

---- A senhora Presidente informou que apesar de existirem ainda dúvidas sobre a que órgão compete aprovar a exploração do espaço, a mesma deverá acautelar sempre os interesses do Município de Góis.-----

---- Terminou, referindo que, atendendo ao compromisso com o Projeto “Green Key” no presente ano ir-se-á manter o Parque de Campismo sob gestão municipal.-----

H) CONSELHO DIRETIVO DA ANAFRE – A senhora Presidente informou que no próximo dia 16.05.2014 irá reunir pela primeira vez em Góis o Conselho Diretivo da ANAFRE – Associação Nacional de Freguesias, no auditório da Biblioteca Municipal de Góis “António Francisco Barata”, convidando todo o Executivo para se associar ao almoço que irá ser oferecido pela Câmara Municipal de Góis, após a reunião de trabalho.-----

I) FESTA DO CRISMA – A senhora Presidente agradeceu o convite do senhor Padre Carlos Cardoso, para se associar à Festa do Crisma que decorreu no p.p. dia 11.05.2014, presidida pelo senhor Bispo de Coimbra, D. Virgílio Antunes.-----

---- A Câmara tomou conhecimento.-----

1.3 – INTERVENÇÃO DOS SENHORES VEREADORES – Usou da palavra o senhor Vereador, Eng.º Diamantino Jorge Simões Garcia referindo que iria iniciar a sua intervenção questionando sobre o ponto de situação das praias fluviais e do Parque Municipal de Campismo, no entanto a senhora Presidente já prestou a informação necessária.-----

---- Continuou dando conta que sob o seu ponto de vista, a reunião que decorreu para a discussão do Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Região de Coimbra 2014/2020 poderia ter sido realizada mais cedo e eventualmente alargada a comerciantes. Prosseguiu, referindo que todos os presentes deram o



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

seu contributo, e que independentemente dos partidos que representam, existem três pontos consensuais e necessários promover: pessoas, turismo e a floresta. -

---- Sobre o turismo, o senhor Vereador Eng.º Diamantino Jorge Simões Garcia questionou porque é que em meados de maio ainda se encontra encerrado o Bar das Canaveias e da Praia da Peneda. Relativamente ao Parque de Campismo, referiu que ao longo das reuniões do executivo tudo indicava que iria ser aberto um procedimento concursal e que a gestão daquele espaço seria feita por particulares, permitindo assim criação de postos de trabalhos.-----

---- Prosseguiu a sua intervenção, dando conta que os Vereadores eleitos pelo Grupo de Cidadãos Independentes por Góis iriam apresentar uma queixa formal pela ausência de resposta que têm aos requerimentos que entregaram a solicitar documentação, como requisições e pagamentos. Referiu ainda, que os Vereadores eleitos pelo Grupo de Cidadãos Independentes por Góis fizeram algumas consultas, tendo sido esclarecedor que: têm direito aos documentos através de fotocópias, tendo o Executivo que as ceder; quanto ao sigilo, as menções relativas a questões de saúde e segurança podem ser retiradas; não é necessário justificar e fundamentar os pedidos; têm os mesmos direitos como fossem representantes de um partido político.-----

---- Concluiu a sua intervenção, dando conta que na sequência da Lei nº 24/98, de 26 de maio, que aprova o Estatuto do Direito de Oposição, e de acordo com o artigo 10º, que obriga os órgãos executivos a elaborar relatórios de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias constantes da presente lei, questionou se os mesmos relatórios têm sido elaborados e, publicitados, e caso tenham sido, por que razão não foram chamados a pronunciar-se.-----

---- A senhora Presidente solicitou à senhora Chefe de Divisão que reunisse todos os relatórios elaborados nos últimos dez anos, para ver a evolução, ao nível do cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição da Câmara Municipal. -

---- Continuou, referindo que estão no pleno direito de efetuar uma queixa, salientando que não deve ser esquecido que os documentos solicitados deixaram de ser entregues por não ser de carácter obrigatório. Relembrou ainda,



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

que no mandato anterior, o uso dado a documentos nem sempre foi o mais correto, fazendo menção ao episódio ocorrido com a Ata da Assembleia Geral da empresa Nature Sanus, SA, tornada pública, pelo senhor Vereador, Eng^o Diamantino Jorge Simões Garcia. -----

---- No que diz respeito ao Parque de Campismo, a senhora Presidente relembra que o mesmo estava aberto durante o ano todo, quando estava concessionado a uma empresa particular. Mais referiu, quer a Praia da Peneda quer a Praia das Canaveias não se encontravam abertas em maio. Referiu ainda, que encontrou vários processos por regularizar, incluindo a situação do Bar das Canaveias, situação que a atual maioria Socialista regularizou.-----

---- Interveio a senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz, questionando a que se deve a retificação publicitada relativa à vaga de técnico superior de higiene e segurança no trabalho e se durante este período de tempo não houve receção de candidaturas. -----

---- Continuou, chamando atenção ao Executivo para a falta de limpeza de ervas nos passeios dentro da vila, a limpeza da zona envolvente do Castelo e na escola sede do Agrupamento de Escolas de Góis. Mais referiu, que junto à rotunda de Oroso se encontra colocado um outdoor cuja estrutura está em mau estado (enferrujado), propondo a sua retirada ou a reparação do mesmo. -----

---- Concluiu a sua intervenção, dando conta que foi contactada pelo senhor Alfredo Gomes Dias, que se insurge pela forma como está a sua habitação sita em Carcavelos, consequência da ruína da casa vizinha, que já impede o acesso a parte da sua habitação. Mais referiu, que o munícipe tem enviado e-mails à Câmara Municipal sobre este assunto e ainda não obteve resposta aos mesmos.------

---- A senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz questiona quais as medidas que estão a ser tomadas pela Câmara Municipal para a resolução deste problema, pois havendo uma deliberação sobre o assunto, indagar a razão porque não está a ser cumprida.-----



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

---- A senhora Presidente solicitou à senhora Chefe de Divisão, Dra Sara Mendes que prestasse os devidos esclarecimentos relativamente às questões colocadas sobre o concurso de recrutamento de trabalhadores. -----

---- Dada a palavra à senhora Chefe de Divisão, Dra. Sara Mendes informou que a retificação que ocorreu não foi exclusivamente relacionada com a vaga de técnico superior de higiene e segurança no trabalho, como referiu a senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz, mas sim relativa a todos os procedimentos concursais abertos, excetuando o recrutamento de assistentes operacionais (nadadores-salvadores). Mais referiu, que de forma a não haver prejuízo para nenhum candidato, após a retificação do Aviso de Abertura foi concedido novo prazo de entrega de candidaturas. Referiu ainda, que também foi comunicado a todos os candidatos que já haviam apresentado candidaturas na “primeira fase” (primeiros 10 dias) a retificação efetuada, tendo ainda sido concedida a possibilidade dos mesmos corrigirem e/ou alterarem a candidatura já apresentada, sendo que, em caso de falta de resposta à comunicação efetuada, as candidaturas apresentadas seriam consideradas válidas para efeitos de procedimento. Conclui referindo, que decorrente do lapso constante no Aviso de Abertura, pelo qual assume total responsabilidade, foi levado a efeito um procedimento que considera ter sido o mais transparente possível e com o intuito de não prejudicar nenhum candidato. -----

---- A senhora Presidente informou que relativamente à limpeza das ervas dos passeios e do jardim da escola sede do Agrupamento de Escolas de Góis, deixaria os Vereadores dos respetivos pelouros se pronunciarem. Mais referiu, que já deu indicações para a reparação do outdoor, quer o que está colocado junto à rotunda de Oroso quer o que se encontra na Quinta do Baião. -----

---- Relativamente à casa de Carcavelos, a senhora Presidente afirmou que o processo teve a sua tramitação, foi acompanhado pelos senhores Vereados, estando agora com os técnicos da DGUPA. Referiu ainda, que relativamente à deliberação teria de consultar o processo. Mais referiu, que foram solicitados vários orçamentos, sendo que o seu despacho foi no sentido de ser elaborado o



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

caderno de encargos para se proceder à intervenção no imóvel e, posteriormente apresentar todas as despesas aos proprietários. -----

---- Prosseguiu, referindo que já se deslocou ao local e presenciou a situação, tendo já alertado o senhor Vereador, Dr. José Alberto Domingos Rodrigues, que vive paredes meias, para a situação perigosa existente. -----

---- Interveio o senhor Vereador, Dr. José Alberto Domingos Rodrigues, dando conta que o processo esteve na sua posse, mas sendo uma das pessoas visada no assunto, sob o seu ponto de vista, não seria cordial da sua parte estar pronunciar-se sobre este assunto. -----

---- Referiu ainda que o processo foi analisado pelo Consultor Jurídico, Dr. Pedro Pereira Alves, tendo sido afirmado verbalmente, que o processo se encontra em condições para se obter a posse administrativa. -----

---- No que diz respeito à “Vivenda Soledade”, sita na Avenida Padre António Dinis e tendo acompanhado também o seu processo, o senhor Vereador referiu que o mesmo se encontra nos serviços jurídicos e DGUPA. -----

---- A senhora Presidente referiu que não se pode confundir o papel de munícipe com o papel de Autarca pelo que é necessário acautelar a segurança dos munícipes. Mais referiu, que a situação de fundos indisponíveis dificultou a assunção do compromisso relativamente aos orçamentos apresentados mas que pretende que o assunto esteja resolvido o mais breve possível.-----

---- O senhor Vereador Dr. José Alberto Domingos Rodrigues prosseguiu, felicitando a comissão organizadora das I^{as} Jornadas da Família, que contou com a presença de excelentes oradores, com valências académicas e técnicas, revelando um alto conhecimento nesta matéria. -----

---- Interveio o senhor Vice-Presidente, Dr. Mário Barata Garcia, referindo a excelente iniciativa do concurso “Varandas Floridas e Vamos Florir o Largo do Pombal”, com uma adesão surpreendentemente positiva. Mais referiu, o empenho e esmero que os participantes têm demonstrado para a conservação dos espaços e flores, realçando o facto de esta ser uma iniciativa que com a sua simplicidade, permitiu minimizar a aridez característica do Largo do Pombal, tornando-o mais vivo. -----



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

---- Continuou, felicitando a Junta de Freguesia de Vila Nova do Ceira pela iniciativa que levou um conjunto de voluntários ao Cerro da Candosa para a limpeza de ervas. Mais referiu, que teve a oportunidade de ver a rapidez com que as ervas crescem, sendo necessário colocar mais pessoal nesta função. No entanto, referiu que existe um grupo de trabalhadores a fazer uma intervenção de mérito no circuito de manutenção, na Vila de Góis. -----

---- No que diz respeito ao Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região de Coimbra 2014/2020, o senhor Vice-Presidente, Dr. Mário Barata Garcia, referiu que as pessoas convidadas para a discussão do documento, foi de acordo com a sugestão da CIM-RC. Mais referiu, que na primeira fase, aquando da intervenção da empresa Augusto Mateus & Associados, poderia ter havido uma participação mais alargada, uma vez que tinham a obrigação de recolher mais contributos no concelho de Góis. Continuou, referindo que os contributos que se tem vindo a manifestar, têm sido plasmados nas diferentes versões do referido documento. -----

---- Usou da palavra o senhor Vereador Eng^o Diamantino Jorge Simões Garcia, referindo que efetivamente a empresa Augusto Mateus & Associados deveria ter ouvido vários sectores da população. Felicitou ainda a Junta de Freguesia de Vila Nova do Ceira na iniciativa que levou o grupo de voluntários ao Cerro da Candosa, referindo que em anos anteriores essa iniciativa era realizada também no 1º de Maio. Enalteceu o facto de a sociedade civil se juntar a estas iniciativas e que se poderá tornar um hábito. -----

---- No que concerne à Casa de Carcavelos, o senhor Vice-Presidente, Dr. Mário Barata Garcia, relembra que aquando da visita da comissão de vistorias ao local, a mesma propôs a sua demolição. Mais referiu, que após uma análise mais profunda verificou-se que a demolição dessa casa, e por as paredes laterais confinarem com outras paredes estruturantes das casas vizinhas, poderia vir a agravar-se o problema. Referiu ainda, que foram apresentados orçamentos de elevado valor, razões que têm dificultado a intervenção urgente. Concluiu, referindo que a LCPA tem sido muito inibidora, sendo que a solução poderá passar pela criação de um fundo financeiro para estes casos, dado que a casa



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

de carcavelos não é caso único no concelho, sem certeza do retorno do investimento que possa ser feito. -----

---- A senhora Presidente referiu que independentemente das questões financeiras, trata-se de uma decisão política, e tal como a maioria socialista tem vindo a assumir as refeições escolares, subsídios às entidades locais e outras despesas de carácter urgente e inadiável, sem fundos disponíveis, existem outras situações que têm de ser desconstruídas, dando conta que a posse administrativa não estar completamente resolvida. Mais referiu que estando a fase administrativa do processo resolvida, poderia eventualmente fazer-se uma candidatura ao PRODER para uma unidade turística. No entanto, foi apresentado um orçamento superior a vinte mil euros, não para restaurar a casa mas apenas para a escorar. Referiu ainda, que quando foi proposta a demolição, solicitou que fosse repensada esta situação, com um trabalho que garantisse sempre a segurança pública. -----

---- O senhor Vice-Presidente, Dr. Mário Barata Garcia, terminou a sua intervenção dando conta dos novos sites apresentados pelas Juntas de Freguesia do Concelho, sendo uma nova ferramenta para a promoção do concelho. -----

---- A senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz referiu que o site da Câmara Municipal deveria seguir o mesmo exemplo. -----

---- A senhora Presidente referiu que também pode assumir as démarches necessárias à melhoria do site da Câmara, em virtude de ser um assunto sobejamente falado em Reuniões de Câmara e tudo se mantém. -----

---- A Câmara tomou conhecimento. -----

2 – ORDEM DO DIA: -----

2.1 – ATA DA REUNIÃO ANTERIOR - De acordo com o determinado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro no seu artigo 57º, a Câmara deliberou por unanimidade aprovar a ata da reunião realizada no dia vinte nove de abril de dois mil e catorze, sendo assinada pela senhora Presidente e por quem a lavrou.- -----



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

2.2 – IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE GÓIS/NOVOS ORGÃOS SOCIAIS/TRIÉNIO 2014/2016

– Foi presente o ofício nº 125 datado do dia 22.04.2014 da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Góis, dando conta dos novos órgãos sociais para o Triénio 2014/2016. -----

---- A senhora Presidente informou que foi reeleita como presidente da Assembleia Geral, bem como o senhor José Serra e o Dr. Miguel Ventura que continuarão a assumir a presidência quer da Mesa Administrativa quer do Conselho Fiscal, respetivamente. -----

---- A senhora Presidente felicitou a Mesa Administrativa e Conselho Fiscal e naturalmente às pessoas que saíram, pelo contributo que deram a esta instituição, desejando os maiores sucessos para o Triénio 2014/2016. -----

---- A Câmara tomou conhecimento. -----

2.3 – EDP/OBRAS EFETUADAS E A EFETUAR NO CONCELHO DE GÓIS

– A senhora Presidente deu conta do ofício enviado pela EDP, dando conta da obras efetuadas e a efetuar no concelho de Góis. Mais referiu que, no p.p. dia 05.05.2014 realizou-se uma reunião entre a Câmara Municipal, Juntas de Freguesia do concelho e a EDP representada pelo Engº Rafael, com o intuito dessa entidade dar a conhecer os procedimentos e tramitação de processos, e o que cumpre fazer a cada entidade. Referiu ainda, que foi uma reunião profícua, onde se discutiram as prioridades mais urgentes no concelho. Concluiu, referindo que a EDP continuará até 2016 com o processo de substituição de lâmpadas de mercúrio para sódio. -----

---- A Câmara tomou conhecimento. -----

2.4 – EGF/PARECER DA ANMP

– A senhora Presidente deu conta do parecer jurídico que a Associação Nacional de Municípios Portugueses solicitou relativamente a privatização da EGF, o qual se constitui como anexo II da presente ata. Mais referiu que em breve o Conselho Geral da ANMP irá reunir, sendo certamente um dos pontos agendados para a sua discussão. -----

---- Usou da palavra o senhor Vereador Eng.º Diamantino Jorge Simões Garcia, referindo que teve muita dificuldade na leitura do documento, considerando-o



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

extremamente denso, complexo, apresentando algumas contradições e conclusões inconclusivas. -----

---- Interveio a senhora Vereadora Maria Helena Antunes Barata Moniz referindo que da leitura do documento entendeu que todo este processo de privatização é inconstitucional. -----

---- Usou da palavra o senhor Vereador, Dr. José Alberto Domingos Rodrigues referindo que o documento apresentado dá ênfase às questões técnicas e jurídicas sobre a forma que está a decorrer, fazendo uma análise subjetiva, no entanto, no fim irá prevalecer a intenção do governo que será a privatização da EGF. -----

---- Interveio o senhor Vice-Presidente, Dr. Mário Barata Garcia referindo que o documento é de difícil leitura e compreensão, devido ao uso de termos técnicos e conceitos complexos. -----

---- A senhora Presidente referiu que uma vez que todos tiveram dificuldades sobre análise do documento, e não ajudando para a tomada de decisão final, propôs mais tempo para analisar e eventualmente solicitar aos consultores jurídicos que validassem este parecer. -----

---- A Câmara tomou conhecimento. -----

2.5 – AUTORIZAÇÃO PARA RENOVAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS A TERMO RESOLUTIVO – Foi presente a proposta de autorização para a renovação de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo ao abrigo e nos termos do disposto no artigo 55º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro, a qual constitui-se como anexo III da presente ata. -

---- A senhora Presidente referiu que a Lei nº83-C/2013, de 31 de dezembro que aprovou o Orçamento do Estado para 2014, estabelece no nº1 do artigo 55º que *“Durante o ano de 2014, os serviços e organismos das administrações direta e indireta do Estado, regionais e autárquicas não podem proceder à renovação de contratos de trabalho em funções públicas a termo resolutivo e de nomeações transitórias, sem prejuízo do disposto nos números seguintes”*. -----

---- Referiu ainda que, o nº2 do mesmo artigo prevê que *“Em situações excecionais, fundamentadas na existência de relevante interesse público, os*



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública podem autorizar a redução de contratos ou nomeações a que se refere o número anterior, fixando, caso a caso, as condições e termos a observar para o efeito (...)” e desde que se verifiquem os seguintes requisitos cumulativos: -----

---- 1. Existência de relevante interesse público na renovação, ponderando, designadamente, a eventual carência de recursos humanos no setor de atividade da Administração Pública a que se destina o recrutamento, bem como a evolução global dos recursos humanos do ministério de que depende o serviço ou organismo;-----

---- 2. Impossibilidade de satisfação das necessidades de pessoal por recurso a pessoal colocado em situação de mobilidade especial ou a outros instrumentos de mobilidade; -----

---- 3. Demonstração de que os encargos com as renovações em causa estão previstos nos orçamentos dos serviços ou organismos a que respeitam;-----

---- 4. Demonstração do cumprimento das medidas de redução mínima, de 2 %, de pessoal, considerando o número de trabalhadores do serviço ou organismo em causa no termo do ano anterior; -----

---- 5. Parecer prévio favorável do membro do Governo de que depende o serviço ou organismo que pretende uma redução inferior à prevista no nº1 e ou realizar a renovação de contrato ou nomeação; -----

---- 6. Cumprimento, pontual e integral, dos deveres de informação previstos na Lei nº57/2011, de 28 de novembro.-----

---- Nos termos do nº8 do mesmo artigo prevê-se que “*no caso dos serviços e organismos das administrações regionais e autárquicas, a autorização a que se refere o nº2 compete aos correspondentes órgãos executivos*”. -----

---- A senhora Presidente solicitou à senhora Chefe de Divisão que esclarece o Executivo relativamente à consulta prévia ao INA – Direcção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas. -----

---- Dada a palavra à senhora Chefe de Divisão, Dra. Sara Mendes informou que, como em procedimento anteriores, a autarquia consultou a INA relativamente à eventual existência de reserva de recrutamento para o perfil



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

pretendido, tendo sido comunicado à Câmara Municipal no p.p. dia 07.05.2014 da inexistência de reservas com perfil adequado para este cargo. Mais referiu, que durante a formação para Cargos Dirigente que se encontra a frequentar, foi confrontada com o facto de não ser necessário consulta o INA no que respeita à existência de pessoal em situação de requalificação (anterior mobilidade especial) em procedimentos de renovação de relação jurídica de emprego a termo resolutivo. Referiu ainda que, sobre o assunto solicitou parecer jurídico à Dra. Ana Cristina Rosa, que se constitui como anexo III da presente Ata, e que sustenta a informação que lhe havia sido fornecida. -----

---- A senhora Presidente referiu que no próximo mês de junho ocorre o termo do contrato de trabalho a termo resolutivo certo de 1 Assistente Operacional (auxiliar de educação) afeto ao Serviço de Educação e Desporto do Núcleo de Desenvolvimento Social, Cultural e Económico, e sobre o qual existe a possibilidade de uma segunda e última renovação por mais um ano.-----

---- Face aos considerandos expostos, a senhor Presidente propôs nos termos dos nºs 2 e 8 do artigo 55º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de Dezembro, a Câmara Municipal autorize a renovação do contrato de trabalho a termo resolutivo certo de um Assistente Operacional (auxiliar de educação) afeto ao serviço de Educação e Desporto do Núcleo de Desenvolvimento Social e Económico. -----

-----Os senhores Vereadores eleitos pelo Grupo de Cidadãos Independentes por Góis referiram que o seu sentido de voto será a abstenção, dado que subsistem dúvidas quanto à legalidade da renovação em causa e do cumprimento intrínseco da redução do pessoal, prevista na Lei do Orçamento de Estado. -----

---- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por maioria com três votos a favor e duas abstenções dos senhores Vereadores eleitos pelo Grupo de Cidadãos Independentes por Góis, autorizar a renovação do contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo. -----

---- A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

2.6 - EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS/DIVERSOS - A senhora Presidente referiu que por força das normas emanadas pela Lei nº83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

Orçamento do Estado para 2014 (LOE/2014), mais concretamente do disposto no nº1 do seu artigo 73º, resulta que a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços, com idêntico objeto e, ou contraparte de contrato vigente em 2013, por parte das autarquias locais, sujeito à redução remuneratória prevista no artigo 33º do mesmo diploma. Referiu ainda que determinam ainda os nºs 4 e 11 do já referido artigo 73º que, todas as aquisições de serviços, designadamente nas modalidades de tarefa e avença ou, cujo objeto seja a consultadoria técnica, contratadas pelas entidades abrangidas pela aplicação da Lei nº12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro, 66/2012, de 31 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei nº47/2013, de 5 de abril (Lei de Vínculos, Carreiras e Remunerações – LVCR) e pela Lei nº80/2013, de 27 de novembro, em articulação com o nº1 do artigo 6º do Decreto-Lei nº209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis nºs 3-B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro e 80/2013, de 28 de novembro, estão sujeitas à emissão de parecer prévio vinculativo por parte do órgão executivo, tendo elencado quais as condições para a sua emissão. -----

---- Face ao exposto, a senhora Presidente deu conhecimento que o Município pretende proceder à contratação de serviços diversos, tendo dado conhecimento dos mesmos, cuja cópia constitui o anexo IV da presente Ata. -----

---- A senhora Presidente referiu ainda que presentemente não existem fundos disponíveis para assumir novos compromissos em cumprimento com a LCPA. ---

---- A Câmara tomou conhecimento e após análise deliberou por maioria, com abstenção dos Vereadores eleitos pelo Grupo de Cidadãos Independentes por Góis, emitir parecer prévio favorável à contratação dos serviços constantes no anexo IV da presente Ata. -----

---- Os Vereadores eleitos pelo Grupo de Cidadãos Independentes Por Góis fundamentaram o seu sentido voto, pelo facto de subsistirem dúvidas sobre a possibilidade de realizar despesas, não havendo fundos disponíveis.-----

---- A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

2.7- RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA - A Câmara tomou conhecimento do total de movimentos da tesouraria, do dia doze de maio do ano em curso, no montante de um milhão, duzentos e quarenta e dois mil, quinhentos e sessenta e sete euros e oitenta e dois cêntimos. -----

2.8 – DOCUMENTO INTERNO/MAPA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES - A senhora Presidente levou ao conhecimento do Executivo, o documento interno de transferências correntes, datado do dia treze de maio do ano em curso.-----

---- A senhora Presidente informou não existirem fundos disponíveis suficientes para assumir os compromissos decorrentes das transferências, de forma a dar-se pleno cumprimento ao disposto no artigo 5º da Lei nº8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso). -----

---- O subsídio aprovado destina-se a apoiar financeiramente, no âmbito da ação social escolar (auxílios económicos) os encarregados de educação dos alunos do 1º Ciclo do Concelho de Góis, mais concretamente respeita a um aditamento, decorrente de um acerto, ao apoio concedido na reunião de 11.06.2013 (pagamento de despesas de educação no âmbito da Ação Social Escolar do ano letivo 2012/2013). -----

---- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por maioria, com a abstenção dos Vereador eleitos pelo Grupo de Cidadãos Independentes por Góis aprovar a transferência corrente, no montante de trinta e nove euros e noventa cêntimos, cujo documento constitui o anexo V da presente Ata. -----

---- Os Vereadores eleitos pelo Grupo Cidadãos Independentes por Góis fundamentaram o seu sentido de voto, por considerarem que não se poderá realizar despesa com fundos indisponíveis. -----

---- A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

2.9 - DOCUMENTO INTERNO/MAPA DE TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL- A senhora Presidente levou ao conhecimento do Executivo, o documento interno de transferências de capital, datado do dia treze de maio do ano em curso.-----

---- A senhora Presidente informou não existirem fundos disponíveis suficientes para assumir o compromisso decorrente da transferência, de forma a dar-se



M U N I C Í P I O D E G Ó I S

pleno cumprimento ao disposto no artigo 5º da Lei nº8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso). -----

---- A senhora Presidente informou, que o subsídio de capital aprovado destinase a apoiar financeiramente a Associação Desportiva, Recreativa e Cultural da Filarmónica Varzeense, e tem como finalidade a aquisição de equipamento de equipamento para a Banda.-----

---- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por maioria, com a abstenção dos senhores Vereadores eleitos pelo Grupo de Cidadãos Independentes por Góis, aprovar a transferência de capital, no montante de cinco mil euros, cujo documento constitui o anexo VI da presente Ata.-----

---- Os Vereadores eleitos pelo Grupo Cidadãos Independentes por Góis referiram que o seu sentido de voto consubstancia-se na fundamentação apresentada no ponto anterior. -----

---- A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.-----

**3 – APROVAÇÕES EM MINUTA – ATA DA REUNIÃO ANTERIOR/
AUTORIZAÇÃO PARA RENOVAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO EM
FUNÇÕES PÚBLICAS A TERMO RESOLUTIVO/EMIÇÃO DE PARECER
PRÉVIO VINCULATIVO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS/DIVERSOS/
DOCUMENTO INTERNO/MAPA DE TRANSFERÊNCIAS CORRENTES/
DOCUMENTO INTERNO/MAPA DE TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL -----**

4- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: Não houve. -----

---- E não havendo outros assuntos a tratar, a senhora Presidente declarou encerrada a reunião pelas doze horas e quarenta e cinco minutos, da qual para constar se lavrou a presente Ata, sob a responsabilidade da Secretária. -----

A Presidente da Câmara Municipal,

A Secretária,
